



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

MARCAS DA MUDANÇA

O nosso compromisso em 2005 foi dar a Portugal um rumo para a sua modernização e desenvolvimento, com coesão social.

Hoje, na resposta à grave crise económica que todo o mundo atravessa, o Governo do PS mantém o seu impulso reformista e modernizador.

Nada se faria sem vontade e sem coragem reformista. Realizámos reformas fundamentais para a modernização e a coesão do país.

Em todas as áreas, lançámos e concluímos reformas estruturais, orientados pelos princípios da prevalência do interesse público, da modernização e simplificação, do rigor e equidade, da solidariedade e justiça social.

Na educação, formação e ensino superior;
No Serviço Nacional de Saúde;
Na segurança social;
Na legislação laboral;
Na administração pública;
Nos regimes de licenciamento da actividade económica;
Na simplificação e modernização dos procedimentos administrativos;
Na energia;
Na justiça;
Na segurança e na protecção civil;
No sistema político;
Na organização territorial do Estado.

1. As políticas sociais: igualdade, coesão, serviço público

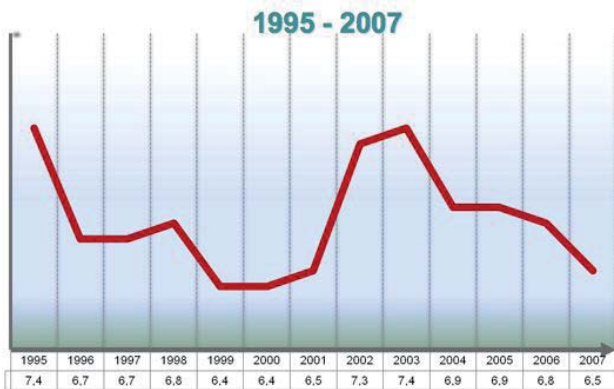
O Partido Socialista vincula-se inequivocamente à defesa e ao aprofundamento do Estado social. A promoção da igualdade, a integração social, o desenvolvimento dos sistemas de protecção e segurança social, a solidariedade, o combate à exclusão constituem os princípios norteadores das nossas políticas. Para o PS, o Estado social não é um problema, é uma enorme conquista civilizacional e uma das mais poderosas condições da cidadania democrática, do bem-estar social e do crescimento económico. Distinguimo-nos bem, portanto, daqueles que, mesmo quando o mundo atravessa a maior crise económica desde a II Guerra Mundial, insistem em privatizar, parcial ou totalmente, as funções sociais do Estado.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

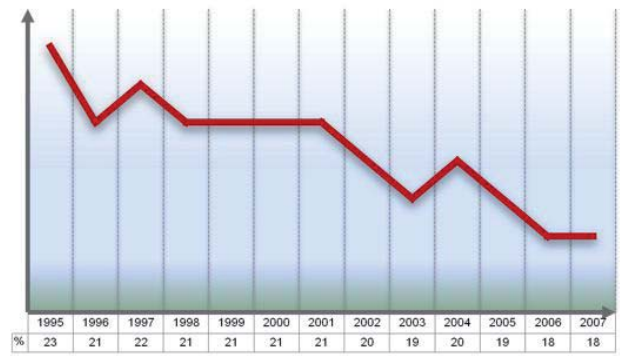
Evolução das Desigualdades no Rendimento*



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais; CE-DGEASIO: The Social Situation in The European Union 2007

* Rendimento dos 20% mais ricos comparado com os 20% mais pobres

Evolução da Taxa de Risco de Pobreza, 1995 - 2007



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais; CE-DGEASIO: The Social Situation in The European Union 2007

* Após transferências sociais

1.2. Promovemos a equidade e combatemos a fraude e a evasão fiscal

- ▶ **Eliminámos subvenções e regimes especiais que não tinham fundamento nem justificação.** As pensões vitalícias e indemnizações por cessação de funções – para detentores de cargos políticos. Os regimes especiais de aposentação e outros benefícios para gestores públicos e administradores do Banco de Portugal. Os regimes especiais de protecção na saúde para certos corpos profissionais, com justa excepção das Forças Armadas e de Segurança.
- ▶ **Revimos o imposto sobre o rendimento, de modo a beneficiar as famílias com menos rendimentos e mais despesas.** Introduzimos a taxa de 42% no IRS e majorámos as deduções com os juros de empréstimos à habitação, para os escalões mais baixos deste imposto.
- ▶ **Combatemos a fraude e evasão fiscal.** Em 2007, foram cobrados coercivamente 1.633 milhões de euros de dívidas fiscais. Em 2008, 1.547 milhões de euros. Publicámos as listas dos maiores devedores ao fisco, recuperando por esta via várias centenas de milhões de euros. Aumentámos as circunstâncias de derrogação do sigilo bancário em caso de exibição de sinais exteriores de riqueza e introduzimos uma tributação agravada para os acréscimos patrimoniais superiores a 100 mil euros que decorram de rendimentos não justificados.

1.3. Apoiámos as famílias e incentivámos a natalidade

- ▶ **Alargamento da rede de equipamentos sociais.** Com o programa PARES, aumentou em 104 mil o número de vagas disponíveis em creches e lares, o que corresponde a uma subida de 35% face a 2006.
- ▶ **Reforço do abono de família para segundos e terceiros filhos e criação do abono pré-natal.**
- ▶ **Criação da licença de parentalidade, alargando o tempo dos pais trabalhadores para tomarem conta dos filhos recém-nascidos.** Esta licença pode ir até um ano, com três meses adicionais para cada um dos progenitores, pagos com 25% da remuneração bruta. Anteriormente, a duração máxima da licença de paternidade/maternidade era de cinco meses, pagos a 80%.



- ▶ **Criação de novos apoios às famílias para as despesas com a educação dos filhos.** Alargámos e desburocratizámos a acção social escolar, aumentando para mais do dobro o número dos alunos beneficiários no ensino básico e secundário. Criámos uma bolsa de estudos para o ensino secundário, destinada a apoiar o esforço das famílias com o prosseguimento dos estudos dos seus filhos e preparando, desde já, a extensão da escolaridade obrigatória para o nível secundário.
- ▶ **Aumento do apoio às famílias nas despesas com habitação.** Majoração das deduções com juros dos empréstimos para a aquisição de habitação própria, para os escalões mais baixos de IRS. Extensão do período de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, assim como redução das suas taxas máximas..

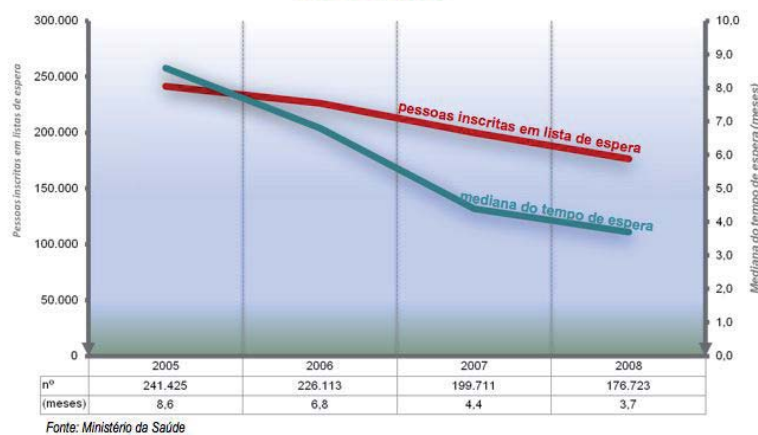
1.4. Desenvolvemos os cuidados de saúde e promovemos a saúde pública

- ▶ **Reformámos os cuidados de saúde primários, criando as Unidades de Saúde Familiar,** que garantem aos utentes do Serviço Nacional de Saúde que todos os médicos da sua Unidade dispõem do acesso à informação respeitante ao seu caso, havendo portanto sempre um profissional disponível para atendê-lo. A rede de Unidades de Saúde Familiar (USF), conta, em Maio de 2009, com 170 unidades em funcionamento e com mais de 3 mil profissionais em todo o país. Isto significa mais 220 mil novos utentes com médico de família, chegando a 2,1 milhões o número de utentes potenciais.
- ▶ **Os idosos e dependentes têm hoje acesso a uma rede de cuidados continuados,** que liberta os hospitais dos cuidados com utentes que estão já em fase de convalescença; e garante a estes uma protecção integrada, no domínio da saúde e do apoio social. Em Maio de 2009, a Rede Nacional de Cuidados Continuados compreendia 3.348 camas em funcionamento em unidades de internamento e para os diferentes tipos de utilização.
- ▶ **Os níveis de eficiência e produtividade do Serviço Nacional de Saúde melhoraram.** Agora realizam-se mais consultas nos hospitais, e mais intervenções cirúrgicas. A cirurgia de ambulatório aumentou, de 24% das cirurgias programadas em 2004, para 40% em 2008, estando previsto que atinja os 50% em 2009. O tempo de espera para cirurgia reduziu-se, em mediana, de 8,6 meses em 2005 para 3,7 meses em 2008 e também diminuiu o número de pessoas em listas de espera: 241 mil em 2005 para 174 mil em 2008.
- ▶ **Foram criados novos programas no Serviço Nacional de Saúde.** O programa de saúde oral passou a abranger as mulheres grávidas e os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, bem como os alunos das escolas públicas com 7, 10 e 13 anos, englobando mais de 200 mil crianças.
- ▶ **Facilitámos o acesso ao medicamento e reduzimos o seu custo para os utentes e o Serviço Nacional de Saúde.** A quota de mercado dos medicamentos genéricos, em número de embalagens, subiu de 5%, em 2004, para 14%, em 2008. E os medicamentos não sujeitos a receita médica deixaram de estar sujeitos à obrigatoriedade de venda em farmácias: no final de 2008, o país dispunha de 740 pontos de venda destes medicamentos.



- ▶ **Alargámos a protecção na doença.** Com a aprovação da reforma laboral, todos os trabalhadores têm direito à protecção na doença. Os trabalhadores da administração pública com contrato individual de trabalho passaram a beneficiar de ADSE. Às baixas por doença com duração igual ou inferior a 90 dias, foi reposto um subsídio de 65% da remuneração bruta, contra os 55% impostos pelos Governos do PSD/CDS. Nas baixas por doença superiores a 90 dias, o subsídio passou de 55 para 60%, para benefício de cerca de um milhão de trabalhadores

Evolução da Inscrição e Tempo de Espera Para Cirurgias, 2005 - 2008



1.5. Promovemos a sustentabilidade do Estado social

- ▶ **Fizemos a reforma da Segurança Social, defendendo a Segurança Social pública.** Esta reforma permitiu adequar o sistema público de segurança social à progressão da esperança de vida e associou a fixação do valor das pensões à evolução da economia, garantindo sempre pelo menos a reposição do poder de compra às pensões de valor mais baixo. Portugal saiu assim oficialmente da zona de alto risco para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.
- ▶ **Procedemos à convergência gradual dos regimes de protecção social na Função Pública com o da Segurança Social.**
- ▶ **Atribuímos a dotação orçamental necessária ao Serviço Nacional de Saúde.** O Orçamento inicial de 2005, da responsabilidade do Governo PSD-CDS, apresentava uma subdotação do SNS que o Banco de Portugal calculou em 1,5 mil milhões de euros. Esta subdotação foi corrigida no Orçamento rectificativo. Desde então, o SNS tem tido o orçamento de que precisa, e que tem sido gerido com sobriedade e rigor.
- ▶ **Apoiámos as iniciativas da sociedade civil para a solidariedade social.** Em 2009, o valor do financiamento da Segurança Social ao sector solidário, para fins de acção social, ascende a 1,2 mil milhões de euros, o valor mais alto alguma vez atingido.



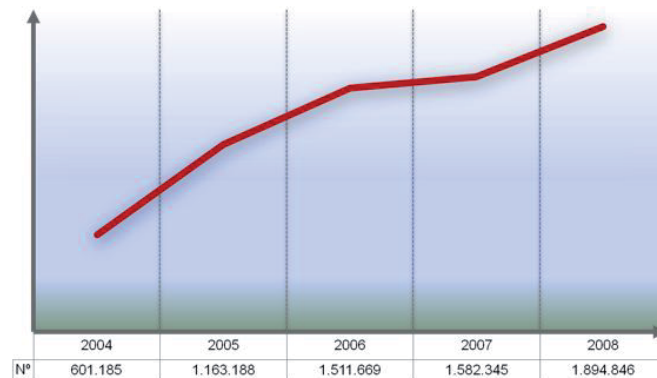
SÓCRATES'09

socrates2009.pt

1.6. Promovemos a negociação colectiva e a concertação social

- ▶ **Concluimos acordos em sede de concertação social, sobre as mais importantes reformas sociais e laborais:** revitalização da negociação colectiva; revisão do subsídio de desemprego; reforma da segurança social; aumento do salário mínimo; formação profissional; revisão da legislação laboral. Conseguimos ainda acordos com sindicatos da administração pública em aspectos centrais da reforma desta.
- ▶ **O novo Código do Trabalho promove a negociação e a contratação colectiva.** Alterou-se o regime de caducidade das convenções colectivas de trabalho, de modo a preservar níveis adequados de segurança das convenções em vigor e, ao mesmo tempo, estimular as dinâmicas de renovação da regulação colectiva. A aplicação dos instrumentos de adaptabilidade interna das empresas (como os bancos de horas, os horários concentrados e outros) depende de acordo com os trabalhadores.

Evolução do Número de Trabalhadores Cobertos por Contratação Colectiva, 2004 - 2008



Fonte: MTSS

1.7. Promovemos a igualdade de género

- ▶ **Aprovação da Lei da Paridade.** A lei fixa em um terço a representação mínima para ambos os sexos nas listas eleitorais e determina a impossibilidade de apresentação, na ordenação das listas, de mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.
- ▶ **Conciliação da vida familiar e da vida profissional.** Aumentou para 10 dias a licença obrigatória para o pai, aquando do nascimento de filho. Criou-se uma licença adicional opcional, desde que gozada simultaneamente pelos dois pais.
- ▶ **Combate à violência doméstica.** Alargamento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, com núcleos de atendimento em todos os distritos. Criação de um crime específico de violência doméstica e a aprovação da lei contra a violência doméstica.
- ▶ **Fim das discriminações de género na carreira militar.**
- ▶ **Reforço do apoio público às iniciativas de promoção da igualdade de género.** O Quadro de Referência Estratégico Nacional aumenta significativamente o apoio financeiro às políticas de igualdade de género.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

1.8. Apoiámos os jovens

- ▶ **Facilitámos o acesso à habitação.** Apoiámos o arrendamento jovem, através do programa Porta 65. Em 2008, 34 mil jovens foram apoiados, ao abrigo de programas de apoio ao arrendamento.
- ▶ **Combatemos a precariedade e promovemos o emprego.** Com a reforma laboral, acabaram os estágios profissionais não remunerados e consagrou-se a presunção de contrato de trabalho, no quadro do combate aos falsos recibos verdes. Foram reforçados os estágios profissionais para jovens, atingindo, em 2009, 37.000. E foram lançados instrumentos de apoio à criação do próprio emprego por desempregados e à integração de 30.000 desempregados em instituições não lucrativas.
- ▶ **Investimos na educação:** empréstimos para estudos superiores; passe escolar até aos 23 anos e intensificação da acção social escolar; acesso a computadores e a ligação à Internet em banda larga; programa Novas Oportunidades.
- ▶ **Apoiámos a prática desportiva.** No âmbito das actividades de enriquecimento curricular, a educação física e o desporto passaram a fazer parte do 1.º ciclo. Melhorámos as infra-estruturas públicas para a prática desportiva, designadamente através do programa de construção de mais de 200 mini-campos desportivos polivalentes e através do programa de dotação, com campos relvados, dos 80 municípios que ainda não os possuíam.

1.9. Promovemos a integração dos imigrantes

- ▶ **A nova Lei da Nacionalidade incentiva a obtenção da nacionalidade portuguesa pela segunda geração de imigrantes.** Até Setembro de 2008, 8.300 crianças filhas de imigrantes obtiveram a nacionalidade portuguesa, 4.000 das quais por terem concluído o 4.º ano de escolaridade em Portugal.
- ▶ **A nova Lei da Imigração incentiva a integração e combate a imigração ilegal.**
- ▶ **Os direitos e benefícios sociais foram alargados a todos os imigrantes que se encontrem legalmente em Portugal.** Desde 2006, todos têm direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, ao abono de família, ao subsídio de desemprego e ao rendimento social de inserção.

2. As políticas de qualificação: educação, ciência, cultura

Um dos grandes problemas estruturais do país consiste no seu défice de qualificações. É causa de desigualdades e de menor competitividade. Todos o reconhecem. Mas ninguém tinha enfrentado este problema de forma tão determinada, profunda e sistemática como o Partido Socialista. O inglês no 1.º ciclo, as aulas de substituição, a generalização dos computadores, a explosão do ensino profissional, o programa Novas Oportunidades e a internacionalização do ensino superior são apenas algumas das marcas que ficam e que espelham bem a autêntica revolução operada neste sector. Fruto destas reformas, as próximas gerações estarão inequivocamente melhor preparadas para lidar com os desafios de amanhã.



2.1. Apostámos na educação e na formação

- ▶ **Mais e melhor serviço público de educação.** Em todo o ensino básico e secundário, garantimos as aulas de substituição. Lançámos o programa de modernização do parque escolar. Aumentámos a rede de educação pré-escolar nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- ▶ **Uma aposta decisiva no 1.º ciclo.** Entre 2006 e 2008, foram extintas 2.200 escolas com poucos alunos e más condições, que condenavam as nossas crianças ao insucesso. Em alternativa, lançámos centros escolares com bibliotecas, refeitórios e instalações desportivas. Generalizámos o fornecimento de refeições escolares (passando de 30% para 94% das escolas). E concretizámos o princípio da escola a tempo inteiro (até às 17h30, com oferta de actividades de enriquecimento curricular).
- ▶ **Modernizámos a organização e a gestão escolar.** A colocação de docentes passou a ser plurianual, favorecendo a estabilidade e a continuidade pedagógica. O novo regime de gestão escolar reforça a figura do Director e garante maior participação dos pais e das autarquias. O novo Estatuto do Aluno combate o absentismo escolar e reforça o poder disciplinar.
- ▶ **Enriquecemos a oferta educativa.** Generalizámos a todas as escolas do 1.º ciclo o ensino do inglês, estudo acompanhado, música e actividade desportiva. Lançámos o Plano Nacional de Leitura e o Plano de Acção para a Matemática. Reforçámos o ensino artístico (+ 40% de alunos de música).
- ▶ **Combatemos o insucesso e o abandono escolar.** Baixou a taxa de insucesso (em 2007/2008, atingiram-se os valores mais baixos da última década). Entre 2005 e 2008, a taxa de abandono precoce desceu de 39% para 36%.
- ▶ **Mais apoios sociais.** Alargámos e simplificámos o acesso à acção social escolar (o número de beneficiários cresceu de 240 mil para mais de 700 mil). Refeições gratuitas e pagamento integral dos manuais escolares de aquisição obrigatória para famílias com menores rendimentos.
- ▶ **Articulámos educação e formação.** Criámos o Programa Novas Oportunidades. Desenvolvemos o ensino secundário profissional (91 mil alunos, triplicando o valor de 2005).
- ▶ **Massificação do uso das novas tecnologias.** Programa e-escola (500 mil computadores entregues até Maio de 2009). Programa e-escolinha (350 mil computadores Magalhães distribuídos até Maio de 2009). Plano Tecnológico na educação: redes intranet nas escolas; computadores (310 mil); videoprojectores (25 mil); quadros interactivos (9 mil); cartões electrónicos; sistemas de videovigilância.
- ▶ **Cultura de avaliação e valorização do desempenho profissional.** Foi introduzida a categoria de professor titular e foi regulada a avaliação do desempenho docente. Foi criada também a prova de ingresso na profissão docente. Generalizámos a formação contínua de professores do 1.º ciclo em Português, Matemática e Ciências. Criámos o Prémio Nacional de Professores.



SÓCRATES'09

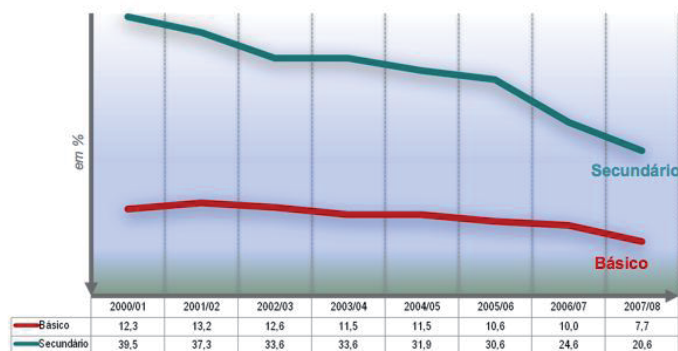
socrates2009.pt

Evolução do Número de Jovens e Adultos Matriculados no Ensino Secundário, 2000 - 2009



Fonte: GEPE - ME

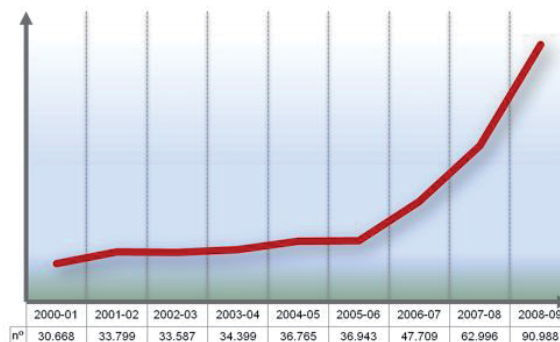
Evolução da Taxa de Retenção e Desistência, Segundo o Nível de Estudos, 2000 - 2008



Fonte: GEPE - ME

Nota: Dados para Portugal Continental. Dados provisórios para 2007/08

Evolução do Número de Alunos Matriculados no Ensino Profissional*, 2000 - 2009



Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal, 2007 e Ministério da Educação

* Nível 3 = ensino secundário



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

2.2. Modernizámos o ensino superior

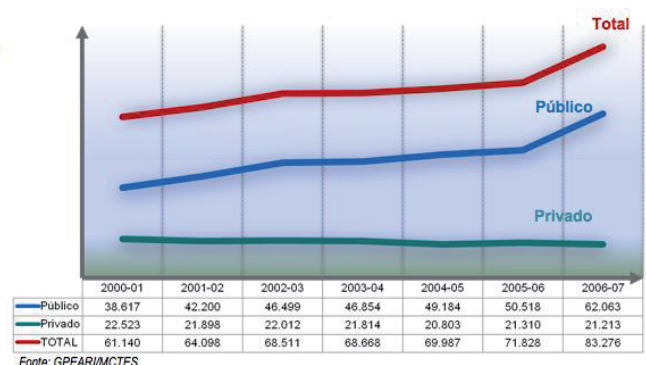
- ▶ **Concretização do Processo de Bolonha.** Aprovámos o novo regime de graus e diplomas. Facilitámos a mobilidade de estudantes entre as instituições do ensino superior.
- ▶ **Mais estudantes no ensino superior.** O número de jovens com 20 anos inscritos no ensino superior cresceu 15% entre 2005 e 2009. E abrimos o ensino superior a novos públicos, através do regime de acesso para maiores de 23 anos.
- ▶ **Mais apoios sociais.** Reforçámos a acção social escolar e criámos os empréstimos para estudantes do ensino superior, com aval do Estado, período de carência e bonificação de juros. Novo sistema de governo das instituições do ensino superior. O novo modelo reforça os poderes das lideranças (reitores, presidentes ou directores). O ensino público e o privado passam a estar sujeitos ao mesmo regime, com maior exigência quanto à qualificação do corpo docente.
- ▶ **Internacionalização do ensino superior.** Acordos celebrados com o MIT, a Universidade de Harvard, a Universidade de Austin, Texas, e a Universidade de Carnegie Mellon. Destaque-se ainda a entrada em funcionamento do Lisbon MBA, fruto da colaboração entre duas universidades portuguesas e o MIT, que promove o ensino da gestão a um nível de excelência internacional.
- ▶ **Mais exigência e prestação de contas nas instituições.** O novo sistema de avaliação das instituições e cursos é dirigido por uma agência independente. Foram encerradas várias instituições de ensino superior que deixaram de preencher os requisitos necessários.

Evolução do Número de Doutorados/Ano, 1998 - 2007



Fonte: GPEAR/MCTES

Evolução do Número de Diplomados no Ensino Superior, 2000 - 2007



Fonte: GPEAR/MCTES



SÓCRATES'09

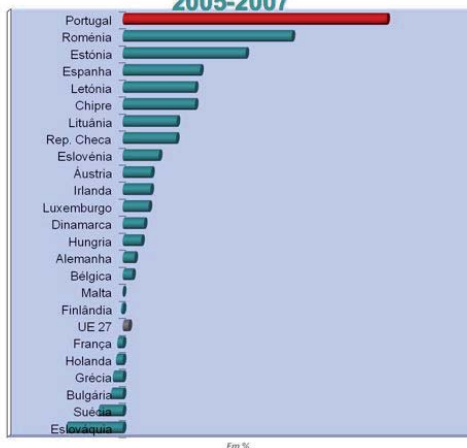
socrates2009.pt

2.3. Desenvolvemos o sistema científico e tecnológico

- ▶ **Mais financiamento público e privado para a I&D.** A despesa com I&D aumentou de 0,8% do PIB em 2005 para 1,2% em 2008. Repusemos, em 2005, o regime de incentivos fiscais à I&D nas empresas e reforçámo-lo em 2009 (pode atingir até 82,5% do investimento).
- ▶ **Favorecemos o emprego científico.** Aumentou o número de investigadores (de 3,8 por mil activos em 2005 para 5 por mil em 2007). Em 2007, 65% do total do corpo docente universitário era constituído por doutorados (contra 43% em Janeiro de 2005).
- ▶ **Internacionalização da comunidade científica portuguesa.** Aumentou o número de artigos de investigadores portugueses em publicações científicas internacionais. Aumentou o número de patentes portuguesas registadas na Europa e nos Estados Unidos. Criámos, em conjunto com Espanha, o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, localizado em Braga.
- ▶ **Promovemos a cultura científica e tecnológica.** A rede nacional de Centros Ciência Viva integra 18 centros (eram 10 em 2005). O programa Ciência Viva na Escola apoia mais de 1.000 projectos de ensino experimental das ciências. Lançámos um programa de estágios do ensino secundário em laboratórios de investigação (já mobilizou 7.000 jovens).

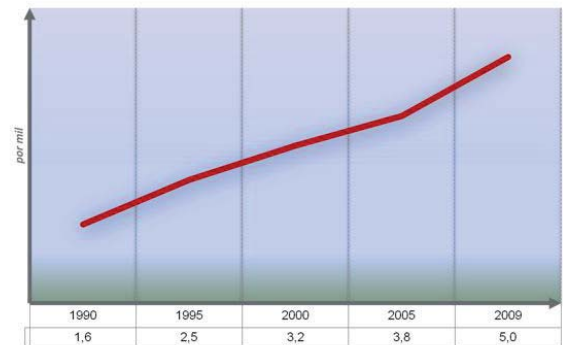
G30
2.3

Variação da despesa Total em I&D em % PIB, 2005-2007



Fonte: Eurostat
Dados não disponíveis para os restantes países

Evolução do Número* de Investigadores, 1990 - 2009



Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal, 2007 e GPEARIMCTES
* Em % da população activa

2.4. Protegemos o património e incentivámos a criação cultural

- ▶ **Novos equipamentos culturais.** Entraram em funcionamento novos museus, como o Museu do Douro e o Museu Colecção Berardo. Está em construção o Museu do Côa. Foram inauguradas 42 novas bibliotecas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e 25 arquivos municipais. Guimarães foi escolhida para Capital Europeia da Cultura 2012.
- ▶ **Nova política da língua portuguesa.** Portugal ratificou finalmente o Acordo Ortográfico. Foi constituído o Fundo para a Língua Portuguesa.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **Novos instrumentos de apoio à criação artística.** Lançámos o programa Inov-Artes, apoiando a realização de estágios internacionais no domínio cultural e artístico (já abrangeu 242 jovens artistas). Criámos o Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual. E aumentámos em 150% a dotação do Programa Território Artes, plataforma de apoio à contratação de produções culturais pelas autarquias.
- ▶ **Novos instrumentos para a defesa do património cultural.** Foram executadas e concluídas cerca de 100 intervenções em património. Foi criado o Programa “Cheque-Obra”, através do qual as empresas aderentes entregam um donativo em espécie, em obra, de montante equivalente a 1% do valor das empreitadas de obras públicas iguais ou superiores a 2,5 milhões de euros. Foi criado o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

3. A reforma do Estado e da Administração Pública: consolidação, modernização, desburocratização

Para deixar uma marca no país era necessário começar por reformar o próprio Estado. Evitando gastos supérfluos e eliminando desperdícios, para podermos investir naquilo que realmente interessa: na modernização do tecido produtivo e no reforço da coesão social. Isto é, para apoiarmos as empresas e as famílias. Foi esta a tarefa que o Partido Socialista, partindo de condições financeiras extraordinariamente difíceis, empreendeu. É graças a esse esforço que hoje o Estado está em condições de acudir as famílias e empresas afectadas pela crise económica mundial.

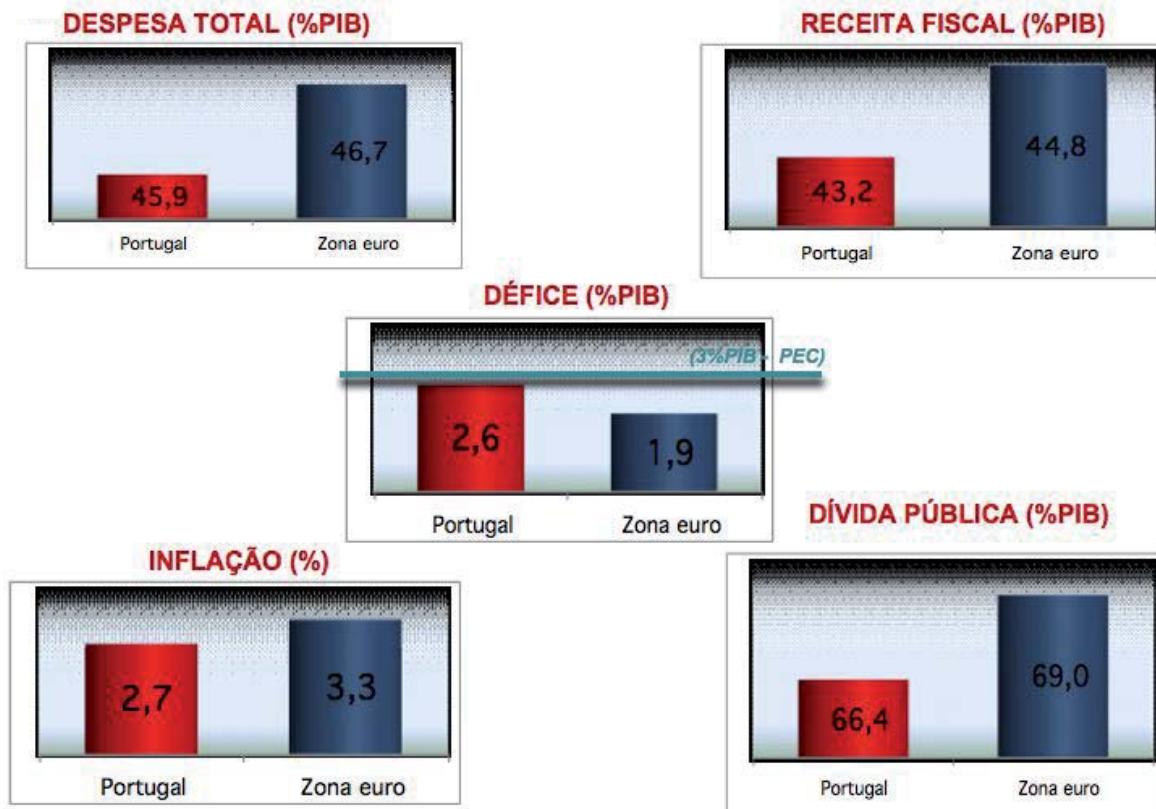
Mas o PS não se ficou por aqui. Promoveu a coesão territorial, reforçando o papel das autarquias e das autonomias regionais. E, acima de tudo, imprimiu uma cultura de modernidade e inovação, indo até onde ninguém tinha ido, na desburocratização e na simplificação administrativa, no recurso às novas tecnologias e na disponibilização de serviços públicos electrónicos.

3.1. Consolidámos as contas públicas

- ▶ **Reduzimos o défice orçamental para valores nunca antes atingidos.** Entre 2005 e 2008, o défice orçamental passou de 6,1% (implícito: 6,8%) para 2,6%, o valor mais baixo da Democracia.
- ▶ **A consolidação orçamental deixou-nos melhor preparados para responder à crise.** Foi por ter resolvido, em tempo útil, a crise orçamental recebida em 2005 que o Estado dispôs de margem para responder à crise económica mundial, apoiando as famílias e as empresas.
- ▶ **A consolidação orçamental fez-se através de reformas estruturais.** Procedeu-se à convergência entre o regime de protecção social dos trabalhadores da administração pública e o dos trabalhadores do sector privado. Foi aprovada a reforma da segurança social, assegurando a sua sustentabilidade. O Serviço Nacional de Saúde geriu rigorosamente as verbas afectadas, terminando com a crónica derrapagem das suas contas.



Consolidação Orçamental, 2008



3.2. Reforçamos o Estado e a Administração Pública

- ▶ **Reestruturação da Administração Central do Estado.** O programa PRACE permitiu extinguir ou fundir um quarto dos serviços administrativos existentes e eliminar 25% dos cargos dirigentes. A administração desconcentrada foi reconduzida a dois modelos de organização geográfica (as regiões e os distritos), em vez dos 30 modelos anteriores.
- ▶ **Sistema de avaliação do desempenho na Administração Pública.** O novo sistema prevê a avaliação regular e sistemática dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, acabando com a lógica de progressão automática segundo a antiguidade. Os melhores desempenhos abrem a possibilidade de prémios remuneratórios adicionais.
- ▶ **Racionalização dos vínculos e das carreiras.** Passam a existir dois tipos de vínculos: a nomeação e o contrato de trabalho em funções públicas. As 1460 carreiras e categorias anteriormente existentes deram lugar a apenas 3; e uma tabela remuneratória única substituiu as 30 tabelas anteriores.
- ▶ **Reforço da protecção social.** Reforçamos a protecção na parentalidade. Asseguramos a protecção no desemprego para todos os sujeitos a tal risco. Alargamos a cobertura da ADSE aos trabalhadores com contrato individual de trabalho.



3.3. Promovemos a descentralização e a coesão territorial

- ▶ **Mais competências para as autarquias locais.** Os municípios assumiram novas competências no domínio da acção social escolar, dos transportes escolares, das unidades públicas de saúde e da gestão da floresta. O processo de aprovação e alteração dos PDM confere agora às autarquias locais maior autonomia e responsabilidade.
- ▶ **Mais meios para as autarquias locais.** Em resultado da aplicação da nova Lei das Finanças Locais, subiram significativamente as transferências do orçamento de Estado para os municípios. E a constituição do Fundo Social Municipal fez subir o financiamento público para as competências dos municípios na área da educação.
- ▶ **Promoção do associativismo intermunicipal.** Foram aprovadas novas leis reguladoras das comunidades intermunicipais (até Fevereiro de 2009, abrangiam 277 municípios) e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- ▶ **Apoios específicos à interioridade.** As empresas que se estabelecem em concelhos do interior beneficiam de uma redução adicional (de 10% a 15%) no IRC. As auto-estradas que servem as regiões cujo rendimento é inferior à média nacional não têm portagens.

3.4. Desenvolvemos as autonomias regionais

- ▶ **Novo quadro de financiamento.** A Lei das Finanças Regionais concretizou os princípios do rigor financeiro, da responsabilidade na gestão dos recursos públicos e da equidade entre as regiões.
- ▶ **Aprovámos legislação de desenvolvimento das autonomias.** Foram aprovadas as novas leis eleitorais para as eleições regionais dos Açores e da Madeira. O novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores concretiza os progressos autonómicos consagrados constitucionalmente.
- ▶ **Apoiámos as administrações regionais.** As duas Regiões Autónomas foram incluídas no programa de regularização de dívidas a empresas. As populações das Regiões Autónomas passaram finalmente a ter acesso a todos os canais de televisão em sinal aberto.

3.5. Simplificámos e modernizámos a Administração Pública

- ▶ **SIMPLEX: desburocratização e simplificação, em benefício dos cidadãos.** O Cartão de Cidadão integra, num só documento, dados anteriormente dispersos por quatro (até Abril de 2009, foram entregues 911 mil cartões de cidadão, dos quais 57% com assinatura electrónica activa). O Documento Único Automóvel integra dados antes dispersos pelo registo de propriedade e pelo livrete do veículo. Cerca de meio milhão de licenças de caça e pesca são, hoje, emitidas por Multibanco. O Diário da República deixou de ser impresso em papel, sendo a edição electrónica de acesso universal e gratuito. O Netemprego e a Segurança Social Directa proporcionam o acesso electrónico a serviços públicos essenciais.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **SIMPLEX: desburocratização e simplificação, em benefício das empresas.** Até Junho de 2009, foram criadas 70 mil Empresas na Hora. Acabou a obrigatoriedade das certidões negativas do fisco e da segurança social. Já foram emitidas mais de um milhão de certidões permanentes, disponíveis na internet. Foi eliminada a obrigatoriedade de escritura pública para uma série de actos empresariais. A Informação Empresarial Simplificada (IES) permite cumprir quatro obrigações de uma vez só e em formato electrónico.
- ▶ **Reforma dos regimes de licenciamento, reduzindo os custos administrativos de contexto da actividade económica.** Foram aprovados novos regimes jurídicos relativos à edificação e urbanização, aos instrumentos de gestão territorial, aos projectos PIN e PIN+, à instalação de empreendimentos turísticos, ao exercício da actividade industrial e à abertura de unidades comerciais, simplificando procedimentos, articulando as diversas entidades envolvidas e encurtando prazos de decisão.
- ▶ **Novos serviços integrados e Lojas do Cidadão de segunda geração.** Entre os novos serviços integrados contam-se: o balcão Perdi a Carteira; o balcão Casa Pronta; e o balcão Sénior. Em Maio de 2009, encontravam-se em funcionamento 13 Lojas do Cidadão, 5 das quais de segunda geração (com atendimento presencial, via telefone e internet, numa lógica transversal multi-serviços).

4. Economia e desenvolvimento: retomar o crescimento, combater a crise, modernizar Portugal

Há quem olhe para a redução do défice orçamental como um fim em si mesmo; há quem aposte na degradação dos serviços públicos e na privatização dos seus segmentos “rentáveis”. Não é o caso do Partido Socialista. Desde Março de 2005, a criação das condições para o desenvolvimento económico e social voltou ao centro da política. Na resposta aos efeitos da crise económica mundial, não esquecemos as famílias, as empresas e o emprego. Ao mesmo tempo que actuámos ao nível da regulação, da modernização e da promoção dos investimentos, enquanto factores decisivos para o desenvolvimento sustentado do país.

A política económica passou assim a ter objectivos e prioridades claras: redução de custos administrativos e de contexto; promoção da subida da economia portuguesa na escala de valor e sua modernização tecnológica; atracção de investimento com forte componente tecnológica e orientação modernizadora; alargamento e qualificação da oferta e diversificação para mercados extra-comunitários; definição de focos: a energia, as tecnologias de informação, a petroquímica, a floresta e o papel, o turismo; promoção de um ambiente fiscal favorável ao investimento; orientação do QREN e os fundos comunitários para a agricultura e pescas no sentido de apoiar o esforço de modernização das explorações agrícolas e das empresas industriais e de serviços, com particular atenção às pequenas e médias empresas.



4.1. Melhorámos as infra-estruturas de transportes e comunicações

- ▶ **Relançámos grandes projectos de investimento.** Decidiu-se localizar o novo aeroporto internacional de Lisboa no campo de tiro de Alcochete. Estabeleceram-se como prioritárias as linhas de alta velocidade Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Porto-Vigo. Decidiu-se ainda a construção da terceira travessia do Tejo, com valência rodo-ferroviária, no corredor Chelas-Barreiro.
- ▶ **Avançámos na construção e manutenção de estradas, concretizando o Plano Rodoviário Nacional.** Foram concluídas ou qualificadas, entre outras, as Concessões Beira Litoral e Alta, Interior Norte, Grande Porto, Norte Litoral e Litoral Centro, o Eixo Norte-Sul e alargado o IC 19. Está prestes a concluir-se o fecho da CRIL. Lançámos mais nove subconcessões rodoviárias: Túnel do Marão, Auto-Estrada Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Litoral Oeste e Algarve Litoral.
- ▶ **Modernizámos a rede ferroviária.** Prosseguiu a modernização da Linha do Norte, incluindo o rebaixamento da via férrea no atravessamento da cidade de Espinho. Concluiu-se a modernização da Linha da Beira Baixa, até Castelo Branco, e iniciámos a sua modernização até à Covilhã. Concluimos a renovação integral de via do troço Casa Branca -Évora e iniciámos a construção da variante de Alcácer, na Linha do Sul. Concluimos a construção da ligação ferroviária à Siderurgia Nacional e iniciámos a construção da ligação entre o porto de Aveiro e a linha do Norte. Foram suprimidas e reclassificadas, respectivamente, 265 e 267 passagens de nível, até ao final de 2008.
- ▶ **Desenvolvemos os transportes públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.** Entraram em exploração mais 44 km da rede do Metro do Porto e foi adjudicada a nova linha para Gondomar. Foi concluída a extensão do Metro de Lisboa até Santa Apolónia. Lançámos as extensões da Linha Azul até à Reboleira e da Linha Vermelha até ao Aeroporto. Será concluída, no verão de 2009, a extensão da Linha Vermelha, entre a Alameda e S. Sebastião. Entrou em funcionamento o Metro Sul do Tejo. Iniciámos a construção da variante ferroviária da Trofa, que concluirá a modernização da Linha do Minho, melhorando o serviço ferroviário urbano do Porto a Braga e Guimarães.
- ▶ **Promovemos a competitividade dos portos portugueses e desenvolvemos o sistema logístico.** Dotámos os portos nacionais de melhores infra-estruturas e acessibilidades marítimas e terrestres, nomeadamente os de Leixões, Lisboa, Sines, e foi criada a rede nacional de plataformas logísticas (12 plataformas e dois centros de carga aérea).
- ▶ **Promovemos a modernização das infra-estruturas aeroportuárias.** Foram concluídas as obras de expansão do Aeroporto Sá Carneiro. Foi concluído o Terminal 2 do Aeroporto de Lisboa. Lançámos a construção do Aeroporto de Beja. Lançámos o plano de desenvolvimento e expansão do Aeroporto de Faro.
- ▶ **Promovemos a modernização das infra-estruturas tecnológicas de informação e comunicação.** Lançámos as redes de banda larga de nova geração e universalizámos a todo o território continental o acesso à Internet em banda larga. Passámos de 930.000 clientes de banda larga para quatro milhões (acesso fixo e móvel), designadamente através dos programas e-escola e e-escolinha. Foi concluído o concurso e foram atribuídas as licenças para a Televisão Digital Terrestre.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

4.2. Modernizámos a economia

- ▶ **Entre 2005 e a eclosão da crise mundial, a economia portuguesa retomou a trajectória de crescimento**, assente no aumento das exportações.
O Proder, Plano de Desenvolvimento Rural, disponibiliza 4,1 mil M€ a aplicar até 2015 (mais 600 M€ relativamente ao anterior quadro comunitário). Em Junho de 2009, a taxa de execução do Proder estava em linha com a média comunitária, e acima da de países como a Espanha e a Itália.
- ▶ **Valorizámos os recursos próprios de Portugal e promovemos a cooperação entre os actores económicos.** Com o programa nacional de barragens e o apoio às unidades de produção de energia eólica, solar e das ondas. Apostámos na atracção de investimento turístico de qualidade: entre 2004 e 2008, as receitas do turismo subiram 21%, posicionando Portugal no 17.º lugar no ranking mundial do sector de viagens e turismo. Criámos ainda as Zonas de Intervenção Florestal; definimos a Estratégia Nacional para o Sector da Pesca, com o Promar; e criámos os Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Provere).
- ▶ **Modernizámos a legislação laboral.** O novo Código do Trabalho incentiva a contratação sem termo e penaliza a contratação a termo. Combate aos falsos recibos verdes. Favorece a negociação colectiva. Promove as formas de conciliação entre vida profissional e vida familiar, aumentando os direitos das famílias com filhos. Cria novos instrumentos de adaptabilidade interna das empresas, como os bancos de horas e a concentração de horários, para, mediante acordo dos trabalhadores, adequarem a sua actividade às oscilações conjunturais dos mercados em que operam.

4.3. Promovemos a eficiência energética e as energias renováveis

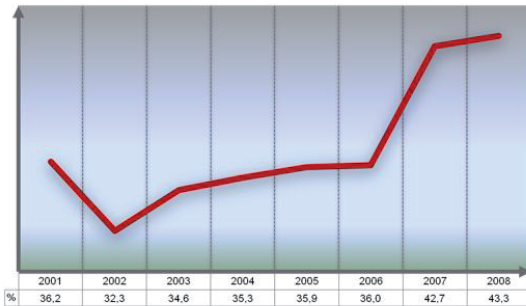
- ▶ **Apostámos no desenvolvimento das energias renováveis.** A eficiência energética e o desenvolvimento das energias renováveis contribuem para a redução do endividamento externo. Em 2008, 43% da electricidade produzida em Portugal foi obtida a partir de fontes renováveis (3.º país no ranking europeu). O Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico definiu a localização de 10 novas barragens (objectivo: 7.000 MW de potência instalada). Em quatro anos multiplicou-se por cinco a potência eólica em operação (entre os cinco países europeus com maior potência eólica instalada, 2.740 MW no final de 2008). Foram concedidas 10 licenças para estabelecimentos de utilização de energia solar. Portugal tem a maior central solar fotovoltaica do mundo. Desde Setembro de 2008, temos em funcionamento o primeiro parque mundial de produção, em regime pré-comercial, de energia a partir das ondas. Licenciámos 28 centrais de biomassa.
- ▶ **Promovemos a eficiência energética.** Com o programa de apoio excepcional, em 2009, à instalação de painéis solares térmicos em habitações particulares (Junho 2009: 7.000 painéis). Com o programa de eficiência energética dos edifícios públicos. Distribuindo gratuitamente, a famílias mais carenciadas, cerca de dois milhões de lâmpadas eficientes



SÓCRATES'09

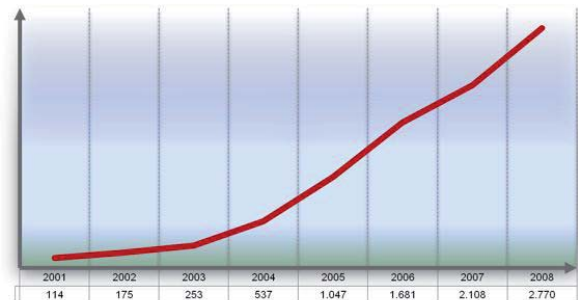
socrates2009.pt

Evolução da Energia Eléctrica Produzida Através de Renováveis, 2001 - 2008



Fonte: DGE/MEI

Evolução da Potência Eólica Instalada, 2001 - 2008



Fonte: DGE/MEI

Dados em MW; referentes a Portugal Continental

4.4. Combatemos os efeitos da crise económica mundial

- ▶ **Desenhámos uma estratégia de combate aos efeitos da crise** assente em cinco pilares fundamentais: estabilização do sistema financeiro; aumento do investimento público e dinamização do investimento privado; apoio às empresas; apoio ao emprego e protecção das famílias.
- ▶ **Estabilizámos o sistema financeiro.** Garantia pública de todos os depósitos; sistema de garantias públicas para o crédito interbancário, no valor de 20.000 M€, depois adoptado no plano europeu e que conduziu à descida da taxa Euribor; disponibilização de 4.000 M€ para assegurar, se necessário, a aquisição pelo Estado de acções preferenciais no âmbito de operações de recapitalização do sistema bancário português; nacionalização do BPN, prevenindo riscos sistémicos, e apoio à operação financeira para garantir os depósitos, e só os depósitos, do BPP.
- ▶ **Aumentámos e antecipámos o investimento público.** Modernizando as escolas: requalificação de uma centena de escolas secundárias (800 M€) e recuperação das 50 escolas básicas de 2.º e 3.º ciclo mais degradadas, em parceria com as autarquias locais (175 M€). Através da mobilização antecipada de fundos do QREN, apoiamos as obras de construção de 440 centros escolares. E, excepcionalmente em 2009, apoio significativo ao investimento nas redes de banda larga de nova geração, a instalação doméstica de painéis solares e o investimento privado na agricultura e na agro-indústria. Está também em curso um programa de modernização de equipamentos sociais e de saúde.
- ▶ **Apoiámos as empresas.** Até Fev-2009, o programa de regularização das dívidas do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais pagou 1.400 M€. Até Maio de 2009, as linhas de crédito do Programa PME Investe disponibilizaram mais de 2,9 mil M€, a 28 mil empresas. Reforço do seguro de crédito à exportação (PME Segura) e apoio à capitalização e reestruturação das PME's (PME Consolida, 415 M€). Até Maio-2009, 4 programas de apoio a sectores económicos estratégicos: ao sector automóvel (165 empresas, 120 M€); ao sector dos têxteis, calçado e vestuário (1.544 empresas, 435 M€); ao sector da cortiça (160 empresas, 38 M€); ao sector da madeira e do mobiliário (860 empresas, 215 M€). Antecipação dos pagamentos do QREN



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **Alívio fiscal das empresas.** Baixa do IRC, com criação de um novo escalão de 12,5% para matéria colectável até 12.500 euros, beneficiando especialmente 80% das empresas; crédito fiscal ao investimento; diminuição do pagamento por conta; e redução do valor mínimo do pagamento especial por conta. No IVA, redução da taxa normal de 21% para 20% e aceleração do seu reembolso.
- ▶ **Apoiámos o emprego.** Políticas activas de emprego para 2009: (i) empregadores que contratem sem termo jovens até 30 anos à procura de primeiro emprego ou desempregados há mais de 6 meses, beneficiam de um pagamento de apoio à contratação de 2.000 euros, mais 2 anos de isenção de pagamento de contribuições para a segurança social (Jun-2009, 16.000); (ii) empregadores que contratem sem termo desempregados de longa duração com mais de 30 anos beneficiam de um pagamento de apoio à contratação de 2.000 euros, mais 2 anos de isenção de pagamento de contribuições para a segurança social (Jun-2009, 2.800); (iii) Os empregadores que contratem a termo desempregados de longa duração com mais de 55 anos beneficiam da redução em 50% da contribuição para a segurança social; (iv) redução em 3 pontos percentuais das contribuições para a segurança social a cargo do empregador, em empresas até 50 trabalhadores, para trabalhadores com mais de 45 anos, sob condição de manutenção do nível de emprego (Jun-2009, 168.000); (v) apoio a empresas e trabalhadores em situação de redução temporária de actividade, sob condição de manutenção do nível de emprego e não realização de despedimentos colectivos (Jun-2009, 6.300); (vi) novo Programa de Estágios Qualificação-Emprego, destinado a desempregados, de qualquer idade, que melhoraram as suas qualificações (Jun-2009, 1.000); (vii) apoio à criação do próprio emprego por desempregados, através de linha de crédito específica e bonificada; (viii) apoio à integração de desempregados em instituições não lucrativas (Jun-2009, 32.000); (ix) criação de 400 gabinetes de inserção profissional.
- ▶ **Apoiámos as famílias e reforçámos a protecção social.** Congelamento do preço dos passes e assinaturas nos transportes públicos, no segundo semestre de 2008. Prolongamento, em 2009, do subsídio social de desemprego, por mais 6 meses, podendo chegar aos 18 meses (com majoração por cada filho no agregado familiar). Por um período de 12 meses, o limiar da condição de recursos para a atribuição do subsídio sobe para os 450 euros de rendimento per capita. Moratória por dois anos de 50% da prestação do empréstimo para habitação própria, para famílias com desempregados. Aumento da bonificação para desempregados beneficiários do regime de crédito bonificado. Apoios a 100% para alunos beneficiários da acção social escolar no ensino básico e secundários, desde que um dos pais esteja desempregado.

4.5. Promovemos as políticas de ambiente e ordenamento do território

- ▶ **Reformámos e reforçámos a política de ambiente.** Resíduos sólidos urbanos: 16 novas unidades de valorização orgânica. Aumento generalizado da reciclagem (mais 35% de 2005 a 2007). Concretizámos programas para a melhoria da qualidade do ar e reforçámos as garantias contra o ruído e o controlo integrado da poluição. Criámos um novo regime de responsabilidade ambiental.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **Criamos soluções específicas para gestão de resíduos.** Dotámos o país de um sistema integrado de gestão de resíduos industriais perigosos, através dos dois CIRVER em funcionamento, e da co-incineração dos resíduos que não têm melhor solução de tratamento. Lançámos novas soluções para gestão de resíduos específicos, como os óleos minerais usados, os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e os resíduos de construção e demolição. Reforma da fiscalidade automóvel e do incentivo ao abate, aumentando em 1.200% a reciclagem desses veículos. Lançámos um Mercado Organizado de Resíduos. Programa de erradicação de sucateiras ilegais (das 780 identificadas, 440 encerradas até Março 2009, e resto até final do ano).
- ▶ **Combate às alterações climáticas.** Reforço do Programa Nacional para as Alterações Climáticas com novas medidas. Criação do Fundo Português de Carbono. Reforma do imposto automóvel favorecendo os veículos menos poluentes. Política de Compras Públicas Ecológicas. Aposta na produção de energia de fontes renováveis.
Promovemos a conservação da natureza e da biodiversidade. Novo figurino de gestão e planos de ordenamento das áreas protegidas, incluindo a criação de novas áreas protegidas, nomeadamente marinhas. Alargámos a Rede Natura 2000 em 178.000 hectares.
- ▶ **Promovemos um planeamento coerente, descentralizado e eficiente do território.** Aprovámos o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Cobrimos, pela primeira vez, o país de Planos Regionais de Ordenamento do Território. Simplificámos e tornámos mais eficiente a elaboração e a dinâmica dos planos municipais de ordenamento. Revisão do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional. Criámos um sistema de informação predial única.
- ▶ **Promovemos uma intervenção integrada de protecção e requalificação do litoral.** Programa de investimento de 550 M€ para defesa e valorização do litoral até 2013, incluindo o novo programa Polis Litoral (Ria Formosa, Litoral Norte, Ria de Aveiro, Sudoeste Alentejano). Garantimos, pela primeira vez, a cobertura total do litoral por planos de ordenamento da orla costeira.
- ▶ **Promovemos a reabilitação urbana** com benefícios fiscais extraordinários. Reduzimos a taxa do IVA para empreitadas de reabilitação urbana. Mobilizámos empréstimos do Banco Europeu de Investimentos para financiar programas de reabilitação de sociedades de reabilitação urbana e municípios. Alterámos o Prohabita, reforçando a opção da reabilitação. Elaborámos um novo regime jurídico da reabilitação urbana que promove maior celeridade nos procedimentos e estimula as parcerias público-privadas
- ▶ **Modernizámos a política de cidades.** Relançámos o Programa Polis, com a conclusão até final de 2009 de praticamente todos os programas. Lançámos a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, na Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). Criámos a Política de Cidades Polis XXI e assegurámos um financiamento superior a 1.000 M€ no QREN. Lançámos a operação integrada “Arco Ribeirinho Sul”, com grande impacto na valorização da margem sul da Área Metropolitana de Lisboa.

4.6. Defendemos os consumidores

- ▶ **Criámos a ASAE, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica,** verdadeiro “provedor do consumidor”, tornando eficaz a fiscalização da aplicação da lei.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **Promovemos a concorrência, em vários mercados, defendendo os interesses dos consumidores.** Liberalizando a produção da electricidade e do gás natural, com acesso independente às redes. Regulando a fixação dos preços de energia aos consumidores. Liberalizando a propriedade das farmácias e possibilitando aos consumidores a compra, fora das farmácias, de medicamentos não sujeitos a receita médica. Eliminando limites à concorrência no acesso às redes de comunicações electrónicas, incluindo a indução da separação das redes de cobre e cabo.
- ▶ **Protegemos os direitos do consumidor no acesso ao crédito.** Criação do Provedor do Crédito. Proibição da cobrança de comissões pelos bancos em caso de renegociação de empréstimos. Proibição do arredondamento em alta das taxas cobradas, em todos os tipos de crédito. Imposição de limites à cobrança de encargos com a liquidação de crédito à habitação, facilitando processos de liquidação e transferência de créditos. Fixação de limites máximos para os juros do crédito ao consumo.
- ▶ **Outras medidas de protecção dos consumidores.** Livro de reclamações obrigatório. Proibição do arredondamento em alta dos preços dos serviços, impondo, nomeadamente, o pagamento de parques de estacionamento em fracções de 15 minutos. Proibição de práticas de contra-programação pelos operadores de televisão.

5. Liberdade, segurança, cidadania: aprofundar a democracia

Uma das questões essenciais dos tempos de hoje é a valorização das funções do Estado ligadas à soberania. A política externa e a de defesa nacional, a administração da justiça, a segurança interna e a protecção civil são obrigações constitutivas do Estado.

Depois de anos em que estas funções foram sendo secundarizadas, quer do ponto de vista das orientações estratégicas, quer do ponto de vista da afectação e utilização dos meios, o actual Governo lançou um amplo conjunto de reformas. Também aqui o propósito foi claro: valorizar as funções de soberania, partindo sempre da articulação necessária entre segurança e liberdade.

É que, para nós socialistas, o reforço da autoridade do Estado é indissociável de uma agenda de aprofundamento dos direitos dos cidadãos. E aqui não foi menos importante a intervenção na esfera política, melhorando a qualidade da nossa democracia.

5.1. Afirmámos os interesses e o prestígio de Portugal na Europa e no Mundo

- ▶ **A presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre de 2007 foi um sucesso, reconhecido por todos,** destacando-se, para além do Tratado de Lisboa, as cimeiras Europa-África e Europa-Brasil, a renovação da Estratégia de Lisboa e o alargamento do espaço Schengen a nove novos Estados-membros (com tecnologia portuguesa).



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **O Tratado de Lisboa fará avançar a construção europeia** na direcção de uma Europa mais democrática e transparente (reforço do papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais); de uma Europa mais eficiente (regras de votação e métodos de trabalho simplificados, instituições modernas e mais racionais); de uma Europa de direitos e valores, liberdade, solidariedade e segurança (introdução da Carta dos Direitos Fundamentais no direito primário europeu); uma Europa reforçada enquanto actor na cena mundial (conjugação dos instrumentos de política externa da União, tanto na elaboração como na adopção de novas políticas).
- ▶ **Fechámos com êxito o processo de aprovação do QREN e estamos a concretizá-lo**, envolvendo a transferência de 21,5 mil milhões de euros para Portugal, no período de 2007 a 2013.
- ▶ **As Forças Armadas portuguesas contribuem para a segurança internacional**, tendo participado em todas as missões internacionais da Aliança Atlântica e da União Europeia, contribuindo para a paz e a estabilidade por todo o mundo.
- ▶ **A diplomacia ganhou um novo impulso**, com o reforço da diplomacia económica, visando diversificar os mercados de exportação (é o caso das relações com Angola, o Brasil ou a Venezuela).
- ▶ **Fortalecemos a ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro**, com a reorganização da rede consular e o aproveitamento das novas tecnologias de comunicação.
- ▶ **Modernizámos a cooperação para o desenvolvimento**, aumentando a taxa de execução dos programas da cooperação portuguesa, de 60% para 98%; e colocando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro de todas as abordagens da cooperação portuguesa

5.2. Reformámos e humanizámos a Justiça

- ▶ **Descriminalizámos a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas** de gestação.
- ▶ **Aprovámos uma nova lei do divórcio**, que elimina a necessidade de determinação de culpa no caso dos divórcios sem mútuo consentimento dos cônjuges.
- ▶ **Promovemos o acesso à Justiça**, isentando de pagamento das custas processuais todos aqueles que revelem insuficiência económica, aumentando significativamente o apoio judiciário, e desenvolvendo os meios de resolução alternativa de litígios. Os sistemas Públicos de Mediação Familiar e Laboral, os centros especiais de arbitragem e o alargamento da rede de julgados de paz promovem uma justiça menos conflituosa e mais próxima do cidadão e das empresas.
- ▶ **Modernizámos a administração da Justiça**. O novo mapa judiciário cria um novo modelo de competências, dotando pela primeira vez os tribunais com órgãos de gestão efectivos e com a participação dos operadores judiciários e da comunidade envolvente. O Plano de Descongestionamento dos Tribunais permitiu, em 2006, 2007 e 2008, pela primeira vez, que o número de processos resolvidos excedesse o número de processos entrados, diminuindo a pendência processual.
- ▶ **Construímos um consenso político alargado para uma reforma penal e melhorámos as condições de concretização da política criminal**. A reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal conjuga a preocupação da eficácia no combate à criminalidade, a protecção das vítimas e os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, seguindo uma orientação global de sentido humanista.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

- ▶ **Desenvolvemos o processo electrónico nos tribunais.**
- ▶ **Procedemos à simplificação administrativa na área dos registos.** Foram criados quase mil balcões únicos e 10 serviços on-line, que prestam um serviço inovador e de qualidade às empresas e aos cidadãos. Em Março de 2009, o tempo médio para constituir uma empresa estava nos 35 minutos.
- ▶ **Investimos nas infra-estruturas.** Desde 2005, foram inaugurados quatro palácios da justiça e cinco novos tribunais. Iniciou-se um programa de reestruturação da rede de estabelecimentos prisionais e melhoria das suas condições de funcionamento, de modo a dotar o País de uma rede otimizada de 32 estabelecimentos prisionais, face aos 58 anteriormente existentes.

5.3. Promovemos a segurança e a defesa, como condições da liberdade

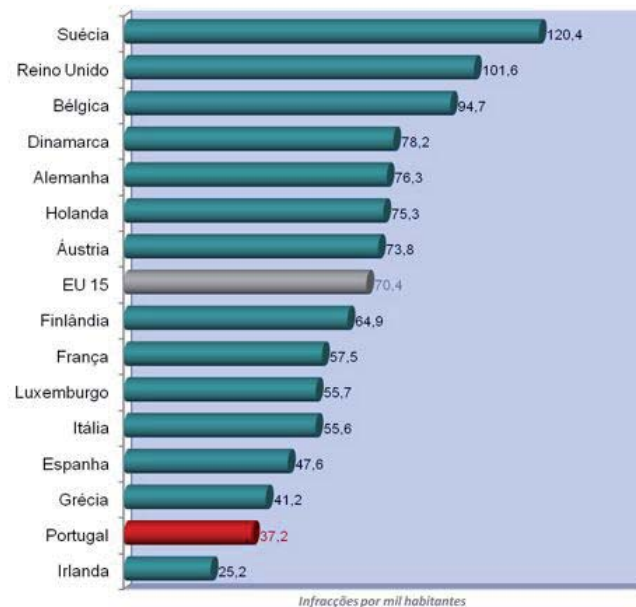
- ▶ **Modernizámos a política de Defesa Nacional,** com novas Leis da Defesa Nacional e de Bases da Organização das Forças Armadas, a primeira Lei de Programação em Infra-estruturas Militares, a reforma do ensino superior militar e dignificou-se a função militar através do aumento do suplemento de condição militar, da promoção da sustentabilidade do Fundo de Pensões e da adequação das regras de assistência de saúde e de aposentação à especificidade da condição militar.
- ▶ **Reformámos o sistema de segurança interna.** A nova Lei da Segurança Interna cria a figura de secretário-geral do sistema de segurança interna, com funções de coordenação, podendo assumir funções de comando das forças policiais em casos excepcionais de terrorismo, entre outros, mediante decisão do primeiro-ministro com comunicação prévia ao Presidente da República. Destaque ainda para a nova Lei de Organização da Investigação Criminal, a primeira lei de programação em instalações e equipamentos das forças de segurança e para a nova lei das armas, que aumenta a dissuasão ao punir severamente os crimes cometidos com armas.
- ▶ **Reformámos o sistema de protecção civil.** A nova lei de bases da protecção civil estabelece que os agentes actuam, no plano operacional, sob um comando único; institui a Autoridade Nacional da Protecção Civil; e reforça os poderes das autoridades de protecção civil para prevenir riscos e enfrentar ocorrências e suas consequências. Os meios de combate a fogos florestais, designadamente os meios aéreos, foram reforçados, dispondo agora o Estado de um conjunto mínimo de aeronaves, e com duas novas companhias de bombeiros profissionais.
- ▶ **Reforçámos as medidas de segurança rodoviária.** Com regras mais rigorosas de condução automóvel, o reforço dos meios de patrulhamento, a aplicação de penas e coimas mais pesados, o aumento do controlo da condução sob efeito de álcool, em excesso de velocidade e sob influência de substâncias psicotrópicas, foi possível reduzir o número de mortos e feridos graves em acidentes de viação.



SÓCRATES'09

socrates2009.pt

Taxa de Criminalidade na UE 15, 2006-2007*



Fonte: Eurostat

* Os dados de Espanha e França reportam-se a 2008

5.4. Aprofundámos a qualidade da democracia

- ▶ **Reformámos o Parlamento, atribuindo mais poderes à Oposição.** Pela primeira vez, um partido com maioria absoluta liderou uma reforma do funcionamento do Parlamento de que resultaram mais poderes de fiscalização do Governo e da administração e mais direitos potestativos para os grupos parlamentares de oposição. Também pela primeira vez, o Primeiro-Ministro passou a comparecer quinzenalmente na Assembleia, para debate político.
- ▶ **Aprovámos a Lei da Paridade** que constitui um contributo decisivo para a maior participação política das mulheres e para a representação política de ambos os géneros. Acaba assim com uma arraigada prática de discriminação das mulheres, na constituição de listas, com resultados práticos já visíveis nas listas para as eleições intercalares em Lisboa e para o Parlamento Europeu, neste caso com 36% de mulheres eleitas, contra 25% no final do anterior mandato.
- ▶ **Limitámos os mandatos executivos**, impondo-se o limite de três mandatos susceptíveis de serem exercidos consecutivamente pelos titulares dos órgãos executivos autárquicos (câmaras municipais e juntas de freguesia). Regra análoga foi introduzida, pelo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, quanto ao cargo de Presidente do Governo Regional. Eliminámos, ainda, as subvenções especiais para titulares de cargos políticos.
- ▶ **Desenvolvemos a profissionalização da gestão pública**, repondo a lógica do concurso para o recrutamento de dirigentes intermédios da administração pública e reduzindo o número de cargos de confiança política.
- ▶ **Desenvolvemos a regulação na comunicação social**, com a criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, promovendo a auto-regulação profissional dos jornalistas, com reforço das competências da Comissão da Carteira Profissional do Jornalista. Instituímos ainda os Provedores do Ouvinte e do Telespectador no serviço público de rádio e televisão.